

**Pró-Reitoria Acadêmica  
Curso de Psicologia  
Trabalho de Conclusão de Curso**

***DIREITO PARA QUEM?*  
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA  
POPULAÇÃO NEGRA PERANTE VIOLÊNCIA  
POLICIAL**

**Autora: Sabrina Pereira de Almeida  
Orientadora: Profa. Dra. Eduarda Rezende Freitas**

**Brasília - DF  
2021**

**SABRINA PEREIRA DE ALMEIDA**

**DIREITO PARA QUEM?  
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA PERANTE  
VIOLÊNCIA POLICIAL**

Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, como requisito final para a obtenção do Título de Psicóloga.

Orientadora: Profa. Dra. Eduarda Rezende Freitas.

**Brasília  
2021**

Dedico este trabalho a minha família, que me apoiou e me cuidou durante toda minha vida. Dedico também as minhas melhores amigas Erika Tainah, Beatriz Argollo e Maria Luiza Lopes que estiveram comigo nessa caminhada, me apoiaram e foram fundamentais nos momentos mais difíceis para que eu não desistisse, às quais pertence todo meu amor e carinho.

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente, à minha orientadora, professora Dr. Eduarda Rezende Freitas pela ajuda e orientação para a realização deste trabalho, pela empatia, cuidado e principalmente pela paciência. Agradeço a minha família por ser meu suporte e me ajudar tanto durante toda a vida, Minha mãe Ilaurinda Maria Pereira e meu pai Antonio Alves de Almeida, pela criação, amor e carinho, por serem fundamentais para a formação da pessoa que sou hoje. Agradeço também a minha tia Antonia Pereira e meu primo Natanael Pereira de Oliveira por estarem sempre ao meu lado e me apoiarem sempre. Agradeço também a minha tia postiça Amélia Anselmo e minha vizinha Amanda por terem me ajudado em momentos críticos e que mais precisava. Além dos meus amigos José Thiago, Milena Pereira e Natalia Fernandes.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de curso, estes que participaram da caminhada acadêmica ao meu lado desde sua gênese, em especial aos companheiros da gestão do Centro Acadêmico, em especial aos João Lucas, Joyce Karen e Ana Regina. Agradeço também aos colegas de turma Jéssica Costa, Fernando Ferreira, Katarina Masciano, Ana Carolina Liboni e Gabriel Luca pelo companheirismo, as trocas e as vivências compartilhadas ao longo dessa jornada. A Lógica Consultoria e todas as pessoas que por ali cruzaram meu caminho, em especial Débora Maier, Alan Cruz e Hyanka Milhomem, essa empresa foi fundamental para a formação profissional que tenho hoje e que ainda está se iniciando, mas que já avançou muito desde que ingressei na Lógica. E foi através dela que conheci pessoas maravilhosas que não posso deixar de agradecer, todo cuidado, carinho, apoio, ajuda e companheirismo por parte de vocês foi o que me fez continuar nessa reta final e não desistir, obrigada Matheus Figueiredo, Fernanda Medeiros, Victor André (Cubo), Douglas Carvalho, Clara Lucini, Diego, Yasmin e todos amigos que o meu me trouxe, sem vocês eu não conseguiria.

Por fim, não posso deixar de agradecer e dedicar este trabalho a três pessoas muito importantes na minha vida. Erika Tainah, Beatriz Argollo e Maria Luiza Lopes, vocês são meu alicerce, meu farol quando estou a deriva, meu porto seguro quando preciso de um, são as pessoas que mais amo e prezo pelo bem e sei que é totalmente recíproco o sentimento, obrigada por todo cuidado e por todo apoio, vocês me acompanham desde o início da minha graduação e antes disso até, me viram em meus piores e melhores momentos e sempre estiveram ao meu lado, agradeço por serem as melhores amigas que eu poderia ter, com todo meu amor, carinho e afeto, se eu consegui chegar até aqui foi porque tive vocês ao meu lado, muito obrigado.

## RESUMO

Analisar as estratégias de enfrentamento da população negra frente a violência policial se faz necessário quando olhamos mais atentamente o contexto histórico e social em que vivemos. Igualmente relevante é compreender a formação da cidadania negra no Brasil, sua trajetória e, principalmente, a violação de direitos referida ao negro e suas consequências sociais, que reverberam até os dias atuais. Além de se debruçar sobre a violência policial que não só é legitimada pelo Estado, como também pautada em um sistema institucionalmente racista, que reconhece o negro como um “sujeito pré-disposto a cometer um crime” pautado na construção da suspeição por parte da polícia. E, por fim, conceituar as estratégias de enfrentamento são fundamentais para classificar e analisar as estratégias que as pessoas negras utilizam frente a esta situação estressora. Para isso foram analisados 10 relatos extraídos da rede social Facebook através da hashtag “MeuPrimeiroAbusopolicial” e a partir dos relatos foram identificadas e analisadas três principais categorias de estratégias de enfrentamento. A primeira diz respeito ao enfrentamento no momento da abordagem policial, isto é, o sujeito faz uso de estratégias focadas em ações que podem ser passivas, ativas ou na proteção ao outro. A segunda categoria se refere às estratégias de enfrentamento adotadas após a abordagem policial, ou seja, ações e comportamentos que o indivíduo desenvolve após ter sofrido a violência policial. A terceira, por fim, diz respeito às estratégias cognitivas de enfrentamento. Elas abordam as mudanças de atitudes e crenças do sujeito a partir da violência sofrida. Essa análise permite ilustrar como, mesmo após mais de um século que a escravidão foi abolida no Brasil, a população negra ainda tem seus direitos e sua cidadania negligenciados por parte do Estado.

*Palavras-chave:* Estratégias de enfrentamento, População Negra, Violência Policial.

## RESUMEN

Analizar las estrategias de enfrentamiento de la población negra frente a la violencia policial se hace preciso cuando miramos más atentamente el contexto histórico y social en el que vivimos. Por la misma importancia, comprender la formación de la ciudadanía negra en el Brasil, su trayectoria e principalmente la violación de derechos dichos a el negro e sus consecuencias sociales en que reverberan hasta los días de hoy. Además, la violencia policial no es solamente legitimada por el Estado, también basada en un sistema institucionalmente racista, que reconoce al lo negro como um “sujeto pre dispuesto a cometer un delito” enbasado en la construcción de una sospección por parte de la policía. En fin, conceituar las estrategias de enfrentamiento son fundamentales para ordenar e analizar las estrategias que las personas negras utilizan a la frente situaciones estresantes.

Para esto fueron analizados 10 relatos extraídos de la red social Facebook por medio del hashtag “MeuPrimeiroAbusopolicial” y por consecuencia tuvimos tres principales categorías de estrategias de enfrentamiento. La primera se refiere al afrontamiento en el momento del abordaje policial, el sujeto tiene entonces estrategias enfocadas en acciones que pueden ser pasivas, activas o protectoras del otro. El segundo se refiere a las estrategias de afrontamiento realizadas después de un enfoque policial, el individuo realiza acciones y comportamientos después de haber sufrido violencia policial, incluso cambiando y cambiando el comportamiento. La tercera, por último, se refiere a las estrategias cognitivas de afrontamiento es la última categoría encontrada en los informes, estas abordan las situaciones y reflexiones que el sujeto retrata después de reflexionar sobre el enfoque policial sufrido, esta estrategia se refiere a las actitudes del sujeto y sus reflexiones de la violencia sufrida.

Esta analysis puede elucidar cono, mismo después de más de uno século en que la esclavitud fuera abolida en el Brasil, la población negra sigue sufriendo con sus derechos e ciudadanía descuidados por parte del Estado.

*Palavras-chave:* Estrategias de enfrentamento, Población Negra, Violencia Policial.

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA I:** ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS NO MOMENTO DA ABORDAGEM POLICIAL

**TABELA II:** ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS APÓS A ABORDAGEM POLICIAL

**TABELA III:** ESTRATÉGIAS COGNITIVAS DE ENFRENTAMENTO

## SUMÁRIO

1. Introdução	1
1.1 Objetivos	2
2. Cidadania negra no Brasil	3
3. A corporação policial como dispositivo de dominação	6
4. Construção da suspeição e sua interface com o racismo	7
5. Estratégia de enfrentamento	9
6. Metodologia.	10
7. Resultados e Discussão	11
7.1 A abordagem policial e os sentimentos evocados pela ação policial	11
7.2 Estratégias utilizadas no momento da abordagem policial	14
7.3 Ações adotadas após a abordagem policial	17
7.4 Estratégia cognitiva de enfrentamento	19
8. Conclusão	22
9. Referências Bibliográficas	24
10. Anexos	27



## 1. Introdução

Por séculos a população negra tem sido marginalizada dentro da sociedade brasileira. Bento (2018) ressalta que a escravidão dos negros estabeleceu a superioridade racial do branco europeu na sociedade brasileira, sendo que os negros foram destituídos de quaisquer direitos sociais, políticos e civis. Esse sistema “privou o negro da capacidade de concorrer a vagas de empregos, educação equivalente e alimentação” (BENTO, 2018, p. 02). Hoje, 130 anos após a escravidão ser abolida no país, os negros ainda têm seus direitos e sua existência negligenciados pelo Estado.

O Estado, por sua vez, detém um papel de força coerciva que se materializa com a polícia ou o exército; mas não é apenas a violência que o Estado legitima, há um processo social e institucional que também valida a dominação sob outrem (WEBER, 2000). A corporação policial, por exemplo, uma organização que, parte-se do pressuposto que, está a serviço da sociedade para protegê-la, também funciona como um dispositivo de dominação social (Foucault, 2005), principalmente dos corpos que não se enquadram nos padrões sociais, tornando-os o inimigo público e caracterizando-os na figura do pobre, negro, favelado (RICOTTA, 2017). Para Muniz e Pas-Machado (2010) as organizações policiais reproduzem práticas excludentes e de discriminação sobre esta parcela da população que é colocada como marginalizada.

Na criminalização dos corpos e da subjetividade das pessoas negras cria-se um caráter social de sujeitos “propensos a cometer um crime” (MISSE, 2008), legitimando a violência policial e do Estado, que tem como aliado a estrutura institucional. Ela utiliza mecanismos de dominação desses corpos e de uma subjetividade socialmente compartilhada.

Sob o imperativo de que é necessário estabelecer uma paz, vários abusos são praticados pela corporação policial (MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010), assim, se estabelece uma estrutura binária na sociedade, a paz versus a guerra, porém ambas coexistem. Foucault (2005) diz que “a guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é a cifra mesma da paz” (P. 59).

É nesse sentido que Mbembe (2018) estabelece uma relação entre o conceito de biopoder, com o Estado de exceção, no qual o Estado assume uma base normativa do

direito de matar, ou seja, o Estado produz uma exceção, uma emergência e um inimigo.

Dessa forma:

“o biopoder parece funcionar mediante a divisão das pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico - do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, subdivisões da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Os exemplos mais vívidos na história da humanidade sobre o implemento desse Estado de exceção e a funcionalidade do biopoder exercido por ele: a escravidão e o Holocausto, quando o direito à vida ou morte estava nas mãos do Estado. “A raça foi a sombra sempre presente no pensamento e nas práticas políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação a ser exercida sobre eles.” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Tendo em vista esse contexto, questiona-se: Como se formou a cidadania no Brasil e como a população negra foi tratada nessa formação? Que estrutura social vivemos em que o Estado negligencia abertamente os direitos de parte da população? Quais são as estratégias de enfrentamento que a população negra utiliza frente aos abusos de poder e a violência praticada pelas forças policiais? Esclarece-se que estratégias de enfrentamento são mecanismos psíquicos e sociais que o sujeito desenvolve para lidar com situações de estresse (NUNES, 2010).

### 1.1 Objetivos

O **objetivo geral** deste trabalho é fazer uma análise das estratégias de enfrentamento utilizadas pela população negra marginalizada perante situações de violência policial.

Como **objetivos específicos**, almejou-se:

- Buscar relatos públicos de pessoas negras que sofreram abuso policial.
- Identificar as estratégias de enfrentamento que a população usou e usa no contexto de violência policial, a partir dos relatos selecionados.
- Discutir criticamente a violência utilizada pelo Estado, tendo como base a polícia como mecanismo de dominação.
- Refletir sobre a formação da cidadania brasileira e a importância dos direitos civis, políticos e sociais.

## 2. Cidadania negra no Brasil

O Brasil é uma república federativa e, portanto, o poder está nas mãos de muitos, da coisa pública. Todo Estado pressupõe um povo e toda república, cidadãos.

A cidadania é um fenômeno histórico e complexo (CARVALHO, 2001). Para melhor compreendê-la, uma das alternativas é desdobrar a cidadania em direitos: civis, políticos e sociais. Logo, já pode-se depreender que aqueles que não se beneficiam desses direitos são considerados não-cidadãos.

Rodrigues (2011) afirma que os negros escravos não encontravam aparato na lei quando diz respeito à proteção e gozo sobre os direitos ali garantidos aos cidadãos. Contudo, é importante ressaltar que eles eram reconhecidos como sujeitos passíveis de cometer crimes e, portanto, sujeitos susceptíveis a punição.

Bento (2018) analisa a Lei Áurea de 1888, assinada pela Princesa Isabel, como um texto que apenas colocava o fim a escravidão, mas não previa nenhum outro tipo de alternativa para a situação dos negros, agora ex-escravos. O documento sequer explicava se eles seriam reconhecidos como cidadãos brasileiros, eximindo, assim, o Estado de quaisquer responsabilidades com essa população (BENTO, 2018).

Não é possível debater sobre a gênese da cidadania negra no país sem abordar os impactos da escravidão e da colonização sobre esse conceito. Quijano (2000) discorre sobre a elaboração de teorias que naturalizam a raça em uma perspectiva de relações coloniais de dominação do branco europeu sobre os não-europeus. Os povos colonizados e dominados foram postos em uma posição de inferioridade.

De ese modo, raza se convirtió en el primer criterio fundamental para la distribución de la población mundial en los rangos, lugares y roles en la estructura de poder de la nueva sociedad. En otros términos, en el modo básico de clasificación social universal de la población mundial (QUIJANO, 2000, p. 203).

Para Malheiro (1866), a condição de escravo está para a condição de privação de direitos. Ao ser escravizado, o sujeito passa a ser reduzido a coisa, é dado como morto, sujeito ao domínio ou à propriedade de outro (MALHEIRO, 1866); sendo assim, não tem representação alguma. Bento (2018) afirma que os negros sujeitos a escravidão estão, também, sujeitos à negação de direitos, inclusive a exclusão e o poder sobre si e sobre o próprio corpo.

Para melhor compreender o impacto dessa prerrogativa é importante entender, primeiramente, o que foi negado aos negros. Para isso, faz-se necessário considerar o tripé da cidadania, isto é, os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais (CARVALHO, 2001). Os direitos civis são aqueles que se referem ao direito à

liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei; já os direitos políticos dizem respeito à participação do cidadão no governo da sociedade (por meio do voto); e os direitos sociais são os direitos à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria (SOUZA, 2006). Carvalho (2001) se aprofunda na definição dos direitos civis:

os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. (CARVALHO, 2001. P. 9).

Segundo o autor, é possível existir direitos civis sem direitos políticos, mas o contrário não é viável, principalmente porque os direitos civis garantem a liberdade de opinião e a possibilidade de organização. Dessa forma os direitos políticos precisam da garantia dos direitos civis. Caso isso não aconteça, os direitos políticos, sobretudo o voto, “podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos” (CARVALHO, 2001, p. 10).

No país, o início do voto se deu no Parlamentarismo Brasileiro, sendo vetado a mulheres e escravos. Como era permitido à população analfabeta votar, garantia-se a grande participação de homens adultos (CARVALHO, 2001).

Mattos (2000) ressalta que somente a partir da Constituição Imperial de 1824 é que foram reconhecidos todos os direitos civis aos cidadãos brasileiros, sendo que, no que se refere aos direitos políticos, houve uma diferenciação em três funções. O primeiro diz respeito ao cidadão passivo, o qual é reconhecido como cidadão e faz jus dos seus direitos civis, mas não possui renda suficiente para exercer o voto. O segundo, ao cidadão ativo votante, este, por sua vez, já é considerado, pois possui renda suficiente para poder escolher através do voto o colégio de eleitores. E, por fim, o cidadão ativo eleitor elegível. Nesse terceiro a autora ressalta que além de ter renda suficiente, era imputado que o eleitor tivesse nascido “ingênuo” para poder ser elegível, ou seja, não ter nascido escravo. Com isso, Mattos (2000) aborda que os descendentes de escravos libertos, que gozassem plenamente dos seus direitos, tanto políticos como civis, poderiam ser elegíveis. Em compensação, os escravos nascidos no Brasil que fossem alforriados não estariam em pleno gozo dos seus direitos.

Nota-se assim que outro empecilho na construção de uma cidadania foi a escravidão (CARVALHO, 2001). Foi que gradualmente o Brasil caminhou para a abolição da escravatura que ocorreu em 1888.

A escravidão brasileira não estava localizada em um setor ou restrita a uma classe, mas completamente difundida por toda a sociedade; até mesmo ex-escravos compravam escravos. A abolição aconteceu com o apoio de vários setores, contudo não foi um movimento pungente que se seguiu após o decreto, logo, não houve nenhuma política de inclusão dos negros e negras na sociedade, com consequências seríssimas:

As consequências disso foram duradouras para a população negra. Até hoje essa população ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida. É a parcela menos educada da população, com os empregos menos qualificados, os menores salários, os piores índices de ascensão social (CARVALHO, 2001, p. 52).

A escravidão, segundo o autor, é um dos grandes empecilhos para a formação da cidadania, já que nega a condição humana dos escravos. No entanto um dos argumentos usados pelos abolicionistas foi a da razão nacional, em que a escravidão era tida como um empecilho para a formação de uma unidade nacional, “pois mantinha parcela da população subjugada a outra parcela, como inimigas entre si” (CARVALHO, 2001, p. 50).

Para Mattos (2000), a manutenção da escravidão e a restrição legal dos direitos civis e políticos aos escravos libertos se tornava uma questão crucial na vida urbana e rural. Apesar dos direitos reconhecidos perante a Constituição, na prática cotidiana, os negros tinham seus direitos questionados. Diante de direitos políticos e civis tão precários, a existência de direitos sociais era praticamente inviável, ficando a assistência social a cargo das associações particulares. No Brasil se entendia que não cabia ao governo promover os direitos sociais, o que é demonstrado na Constituição de 1891, que retira do Estado a obrigação de fornecer educação primária. O governo não legislava sobre o trabalho até 1926, mas, mesmo após a mudança da Constituição que alterava essa condição do Estado de expectador, a primeira medida só aconteceu em 1930 (CARVALHO, 2001).

O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão (BENTO, 2018), não havendo garantia de direitos, nem o reconhecimento deste como cidadão e muito menos alternativas para a inserção dos ex-escravos na sociedade. Assim esses negros foram deixados à margem da sociedade, vivendo na miséria. Isso também deixou o legado de

uma cidadania precarizada à população negra, um senso de identidade atravessado pela discriminação e a marginalização.

### **3. A corporação policial como dispositivo de dominação**

Visto que o Estado está intimamente ligando domínio à coação, sendo este um de seus critérios para a manutenção da paz e exercício de justiça, faz necessário “possuir um poder coativo superior e legítimo” (BOBBIO, 1987, p.72).

Weber (2000) justifica a coação como um meio específico do Estado, não sendo o único nem o normal, mas o específico, o que o diferencia das demais formas de governo, reclamando para si o monopólio da coação física legitimada. E a coação física somente é concedida pelo Estado para pessoas ou associações se eles permitirem.

Contudo, para Engels *apud* Bobbio (1987), a função do Estado:

É essencialmente a de manter o domínio de uma classe sobre outra recorrendo inclusive à força, e assim a de impedir que a sociedade dividida em classes se transforme num estado de permanente anarquia. (BOBBIO, 1987, p.74).

O Estado apresenta um papel de força coerciva que se materializa com a polícia ou o exército, mas não é apenas a violência que este está a legitimar, há um processo social e institucional que também legitima a dominação sob outrem. Segundo Weber (2000):

O Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. (P. 526).

É importante contextualizar que existe a corporação policial e um policiamento e estes conceitos são distintos. O policiamento serve como um mantenedor de controle social e suas dinâmicas. A polícia, por sua vez, se configura como um corpo especial de funcionários com a função de manutenção da ordem, tanto pelo território como sobre os corpos (MUNIZ; PAS-MACHADO, 2010).

Para Foucault (2005), os operadores de dominação estabelecidos pelo Estado e pelas instituições são as relações de poder estabelecidas na sociedade. Essa relação se dá em rede e não de forma hierárquica, onde todos os operadores de dominação estão conectados em sua multiplicidade. Não há, portanto, uma soberania fonte dos poderes, ao contrário, estes se apoiam um no outro, se fortalecem e convergem e se diferenciam (FOUCAULT, 2005).

Dessa maneira, o uso da polícia para doutrinar a sociedade e as leis funcionam como operador de dominação do Estado sobre a sociedade. Segundo Muniz e Pas-Machado (2010):

Trata-se da fabricação de dispositivos coercitivos imediatos e, ao mesmo tempo, indiretos, cujo objetivo era o de comunicar a substituição da violência deliberada e a administração de sua escassez por meios legítimos de força, em nome da emergência de uma forma de governar capaz de conduzir de perto e à distância (governance at a distance) as comunidades nacionais (P. 439).

Portanto, o Estado busca garantir uma forma estável de governo, confirmando e restituindo uso e abuso de poder sobre os sujeitos sob o domínio da lei (MUNIZ; PAS-MACHADO, 2010).

#### **4. Construção da suspeição e sua interface com o racismo**

Compreender a construção da cidadania no Brasil (CARVALHO, 2001), o papel que a população negra ocupou nesse processo (BENTO, 2018) e o funcionamento das forças de segurança como aparato de dominação do Estado para doutrinar a sociedade e implementar as leis (MUNIZ, PAES-MACHADO, 2010) é fundamental para entender a suspeição e sua relação com o racismo. Para Alvarez (2002) as teorias da criminologia no Brasil têm suas bases nas teorias positivistas europeias. Teorias que dissertam sobre um pensamento eugenista a partir de uma perspectiva eurocêntrica que afirmava que havia uma raça superior (o branco europeu), dominante, sobre a raça inferior (negros, índios, não-europeus), dominada. Herança deixada pela colonização, principalmente da América (QUIJANO, 2000).

Seguindo nesse raciocínio, Salles-Lima, Nogueira e Santos (2019) afirmam que se faz necessário compreender o contexto histórico da sociedade brasileira, pois não é possível desassociar o comportamento policial de uma análise das estruturas sociais e econômicas da sociedade. Segundo Wanderley (2017), no início da constituição de um Estado brasileiro, os negros não detinham cidadania, muito menos eram considerados passíveis de gozar garantia de direitos, entretanto, eram considerados pessoas e sujeitos na aplicação da lei, estando na condição de suspeitos.

Quando escravos, os americanos e africanos, longe de encontrar proteção e benevolência na lei penal, tinham nela o extremo rigor do art. 1.º da lei de 10 de Junho de 1835, que punia de morte não só o assassinato como as ofensas físicas graves cometidas contra os seus senhores (RODRIGUES, 2011, P. 25).

É estabelecido assim a noção qual associa raça à probabilidade de se cometer um crime. Alvarez (2002) e Salles-Lima, Nogueira e Santos (2019) citam grandes autores da criminologia, como Lombroso e Ferri, que discutem justamente a teoria da propensão biológica à condição de criminalidade. “Para esses autores, as ações criminais são determinadas pelas conexões psíquicas hereditárias, manifestadas também na cor da pele e outros traços físicos” (SALLES-LIMA; NOGUEIRA; SANTOS, 2019, P. 43).

A partir desse ponto temos um paralelo bem significativo na construção da suspeição com a noção racista deixada de legado da colonização europeia. Misse (2010) apresenta, em seus estudos, os diversos tipos de subjetivação que resultam em um sujeito não voltado ao bem comum; no Brasil, o mais conhecido é o sujeito “bandido”, ou seja, o sujeito criminal. O autor traz uma reflexão sobre a:

Complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são ‘marginais’, ‘violentos’, ‘bandidos’ (MISSE, 2010, P. 18).

Para Wanderley (2017), a partir desse pensamento, a suspeição é constituída *a priori* sobre o entendimento de que a população negra produz efeitos sobre o controle policial referente à circulação pública urbana. Ramos e Musumeci (2004) retratam as características técnicas sobre a suspeição e, segundo as autoras, em tese, qualquer cidadão que goze dos seus direitos e circule pelas ruas, independente do meio de transporte, pode ser parado e revistado por uma ação policial, seja essa rotineira ou ação especial. Para Silva (2009), se debruçam sobre as formas de policiamento especializada e ordinária e o quanto estas contribuem para a percepção de sujeito criminal.

Entretanto, apesar da instituição não assumir a presença de viés racista (ANUNCIACÃO; TRAD; FERREIRA, 2020), ainda existe uma filtragem racial adotada pelos agentes da lei. Os autores abordam a noção de caráter direcional da prática de operação policial. Tal caráter diz respeito a uma natureza relacionada à autonomia do policial na tomada de decisão. Confirmando essa autonomia, Salles-Lima, Nogueira e Santos (2019) abordam que:

A subjetividade da ação militar no processo de suspeição policial é resultante de diferentes fatores, como o contexto de socialização e construções sociais. Muitas vezes, analisar as condutas policiais puramente pelo viés da legalidade não irá refletir de fato as práticas sociais cotidianas em comunidades periféricas (P. 42).



Essa autonomia e subjetividade que os autores retratam é perpassada pela historicidade e têm como resultado a evidência do jovem negro e pobre como um tipo padrão de suspeito. Ramos e Musumeci (2004) demonstram esse fato ao falar do patrulhamento de rotina, no qual o sujeito criminoso é abordado, em geral, a pé ou no transporte coletivo; a escolha do suspeito não é feita ao acaso, esta é filtrada pelas características de gênero, idade, raça e classe social. A escolha não é aleatória, mas seletiva. Selecionando o preto, pobre, favelado numa condição pré-disposta como sujeito propenso a cometer algum crime. Anunciação, Trad e Ferreira (2020) afirmam que a raça, a classe social, o pertencimento territorial e o perfil etário estão atrelados aos critérios de suspeição na prática policial, configurando, assim, o público-alvo das abordagens policiais.

### **5. Estratégias de enfrentamento**

O conceito de estratégias de enfrentamento perpassa várias áreas de estudo. Para a sociologia ele diz respeito às maneiras de a sociedade se adaptar a crises; para a biologia, trata-se da adaptação do organismo a agentes nocivos; já para a psicologia há muitas definições para esse conceito, mas, em geral, elas concordam que estratégias de enfrentamento dizem respeito a uma diversidade de respostas frente a situações estressoras (NUNES, 2010).

Segundo Fernandes e Inocente (2010), “estratégia de enfrentamento consiste no conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas para se adaptarem a circunstâncias adversas e os esforços que são despendidos para lidar com o estresse” (P. 01). Portanto, esse processo é transicional entre o ambiente e o indivíduo, não havendo como discutir sobre estratégia de enfrentamento sem levar em consideração a relação do sujeito com o meio em que está inserido.

Folkman, Lazarus, Gruen e De Longis (1986 apud SEIDL, TRÓCCOLI e ZANNON, 2001) referem-se à estratégia de enfrentamento como um esforço, tanto cognitivo quanto comportamental, cujo objetivo é o manejo de demandas internas ou externas que sobrecarregam os recursos (psicológicos, emocionais e biológicos) do indivíduo.

As estratégias de enfrentamento têm duas funções principais (PINTO; BARHAM, 2014). A primeira diz respeito ao enfrentamento focado no problema, ou seja, o gerenciamento ou alteração do agente estressor; se refere a manejar de forma direta o evento estressor. A segunda contempla o enfrentamento focalizado na emoção, tendo como objetivo a resposta emocional do sujeito ao agente estressor. Em resumo, “o primeiro busca modificar a relação da pessoa com o meio externo, enfatizando a

demanda causadora do estresse. Já o segundo, focaliza a resposta emocional ao estressor, visando adequar a reação emocional” (SANTOS; JÚNIOR, 2007, P. 106).

Para Nunes (2010), o enfrentamento é um processo dinâmico em que os comportamentos de resposta variam a depender da fase, duração e situação estressora, não existindo, portanto, uma hierarquia. Assim, pode-se dizer que não existem estratégias de enfrentamento “certas” ou “erradas”. Seild, Tróccoli e Zannon (2001) concebem o enfrentamento como resposta a eventos específicos, onde determinadas estratégias sofrem influência de características da personalidade, do meio ou das próprias estruturas biopsicossociais que o indivíduo possui.

Portanto as estratégias devem ser analisadas independentemente do resultado, pois qualquer ação para administrar uma situação estressora é considerada estratégia de enfrentamento. Não obstante, deve-se avaliar o evento estressor – que não é padronizado e único, mas varia – e, a partir deste, analisar se a estratégia de enfrentamento é adaptativa ou não-adaptativa. Todas as respostas ao evento estressor são importantes, mas sua eficácia para gerar saúde ao indivíduo é flexível (NUNES, 2010).

## **6. Metodologia.**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que foram analisados relatos disponíveis ao público, em uma rede social, sobre vivências de pessoas negras durante abordagens violentas da polícia militar no Brasil. A pesquisa qualitativa se aprofunda no subjetivismo, trabalhando com significados, motivos, crenças, atitudes e valores de um fenômeno social, sendo essa a principal diferenciação do método quantitativo, que busca traduzir objetivamente e em dados matemáticos os fenômenos (Minayo, 2001).

Dentro do método qualitativo, foi utilizada a análise hermenêutica-dialética de Minayo (2012). Essa abordagem foi escolhida por considerar a perspectiva histórica e dialética dos fenômenos, evidenciando “as vinculações concretas dos objetos em estudo, valorizando a historicidade e a relação entre a base material e a representações da realidade” (GUERRA, 2014, P. 43)

Os materiais utilizados neste estudo foram os depoimentos disponíveis ao público, divulgados na rede social Facebook, através da hashtag “#MeuPrimeiroAbusoPolicial” criada em 2017, que teve grande repercussão nas redes sociais. Foram incluídos os relatos que cumpriram os seguintes critérios: a) autor residir no Brasil no período do

abuso; b) ser um relato de experiência vivencial; c) ter relatado uma interação direta ou indireta com a polícia; d) autor intitular-se negro ou pardo e; e) postagens feitas entre maio e julho de 2017.

Durante o mês de maio de 2021, buscou-se no Facebook pelos relatos que surgiram a partir do uso do descritor #MeuPrimeiroAbusoPolicial. Foram selecionados para análise os 10 primeiros relatos que cumpriram com todos os critérios de inclusão (Anexo 1). Por meio da teoria hermenêutica-dialética de Minayo (2012), foram identificadas e categorizadas as estratégias de enfrentamento utilizadas pela população no contexto da violência sofrida.

## **7. Resultados e Discussão**

Em geral, as estratégias de enfrentamento dizem respeito à maneira que um indivíduo lida com uma situação estressora e os esforços despendidos na situação (FERNANDES; INOCENTE, 2010). A partir dos relatos analisados foram identificadas três categorias gerais de estratégias de enfrentamento. São elas: 1) Estratégias de enfrentamento utilizadas no momento da abordagem policial; 2) Estratégias de enfrentamento adotadas após a abordagem policial; e 3) Estratégias cognitivas de enfrentamento. Elas serão discutidas separadamente a seguir. Antes, porém, dessa discussão, será apresentado um tópico sobre a ação policial durante abordagem e os sentimentos que reverberam nos sujeitos a partir dessas ações; aspectos fundamentais para a compreensão das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos sujeitos.

### **7.1 A abordagem policial e os sentimentos emergidos pela ação policial**

Essas ações refletem como a corporação é racista e discriminatória, e utilizada pelo Estado para coação da população, principalmente a negra e marginalizada. Como afirmado por Weber (2000), o Estado apresenta uma força coercitiva sobre os sujeitos e seus corpos, o que é exemplificado nos seguintes relatos:

“[...] Em menos de 5 segundos eles gritaram ENCOSTA! Saíram com duas armas apontadas para mim. Enquanto um me revistava, outro ficava com a arma apontada na minha cabeça” (T.A)

“O que foi neguinho? Quer entrar no laço tu também?”, gritou um dos brigadianos vindo na minha direção com o cassetete em punho. “Garanto que tu afanou essa bicicleta aí”, completou já segurando o meu braço e me puxando para a Veraneio, onde me fez sentar na borda da porta da gaiola” (P.L)

“Foi quando de repente um dos PMs tentou me pegar pelo pescoço e, após eu tirar a mão dele, me deu um mata-leão; enquanto outro PM sacou uma arma e um terceiro me "revistava" de um jeito que cêis já podem bem imaginar.” (M.C)

[...] “e o PM folgado (certamente cheirado) no meio de um soluço do meu amigo disse: ‘Então, pra que serve essa merda (um terço)?’ Eu respondi que era para proteger e então ele virou a arma e disse: ‘Será que protege dessa aqui também?’” (C.G)

“Daí de repente brotou do chão uma feminina falando "vai vai encosta com a mão na cabeça", levantei rápido. Me revistou mei que me apertando pra machucar, apertando forte minha costela e dando uns tapas no meio da minha perna. não achou nada cmg e achou um pouco de maconha com umas das minas. Dispensou as minas. Ficou só cmg.”

Todos os relatos analisados evidenciam como a abordagem policial é violenta e coercitiva. Os policiais usam de suas armas e função institucional como método de coerção, deduzindo rapidamente que a pessoa negra cometeu um crime ou que, minimamente, irá cometer, e utilizam da força física e pressão psicológica para concretizar suas suspeitas fundadas apenas em uma noção de suspeito baseada na raça e classe (RAMOS; MUSUMECI, 2004), estando o negro em um lugar de periculosidade, alguém propenso ao crime (MISSE, 2008). Isso se torna especialmente evidente no relato de M.F ao contar a diferença da abordagem que sofreu em relação ao amigo branco “[...] *enquanto ele branco de olhos azuis teve uma conversa calma com o policial masculino a policial feminina me levou para o outro extremo da rua, gritou, berrou, deu tapas no meu rosto gritando ‘neguinha, cadê a droga?’*” e no relato de M.C que, após a violência sofrida, seu amigo branco realizou mesmo ato que ele porém não teve o mesmo tratamento: “[...] *horas depois, o meu amigo Rafael (branco) também urinou em uma árvore e no mesmo momento passou uma viatura em VELOCIDADE REDUZIDA e não fez absolutamente nada!*”. Reitera-se o quanto a polícia é racista e abusiva.

Bobbio (1987) aborda em seus estudos, que a função do Estado é necessariamente manter a ordem e a paz para isto faz necessário do uso da força e da instituição policial e militar como dispositivos de dominação de uma classe sobre a outra. Essa dominação se dá no policiamento e na abordagem de forma coercitiva e violenta, deixando de ser uma força de representação da ordem e paz e passa a ser vista como uma ameaça pela população. O Estado, portanto, age no pressuposto de que se é necessário manter a ordem e a paz na sociedade, para isto legitima a ação da corporação policial, entretanto vários abusos por parte da polícia acontecem (MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010). Isso

fica evidente quando L.F relata que: *"Uma viatura policial parou, os oficiais saíram de seus carros (eu acreditei que iriam oferecer ajuda [risos], mas estava bem enganado), apontaram suas armas para nós e, gritando, pediram para que saíssemos do veículo, com as mãos na cabeça. O que se sucedeu foi um interrogatório humilhante [...]"*. Também é evidenciado nos relatos de T.A e C.G:

[...] Ainda dentro da agência vi uma barca encostando do outro lado a ao banco e já me liguei que iria dar merda, mas como não estava nem fiz nada de errado saímos eu e meu amigo normalmente de dentro da agência (C.G)

[...] eles me soltaram, e disseram: "não fique andando pela região que está havendo muitos assaltos. Cuidado. Ah e feliz aniversário. Não precisa tremer, estamos aqui para te proteger..." (T.A)

Outro aspecto importante a ser analisado são os sentimentos despertados por essas ações policiais, em sua maioria sentimentos de medo e temor:

"Acho que foi uma das vezes que mais tremi na vida..." (T.A)

"Eu estava em choque. Não conseguia falar, não conseguia chorar nem gritar. Me faltavam forças contra tudo aquilo que acontecia de um modo rápido, surreal, injusto / Não enxergava nada na minha frente por causa das lágrimas que agora vinham aos montes aos olhos. Eu tinha apenas nove anos, lembra?" (P.L)

"Com medo do mundo, por ser negro"/ "E a tristeza de lembrar que esse dia, de tantos outros, foi só o primeiro" (P.L)

"[...] e eu, no misto de caos-nervosismo-indignação e tudo mais, com a bolsa mega bagunçada, não encontrei nenhum documento (embora estivessem todos lá). Temi por isso" (T.H)

"Neste momento passou várias coisas na minha cabeça e talvez tenha sido a primeira vez que eu realmente pensei que poderia morrer." (M.C)

Entende-se, portanto, como a organização policial que deveria, supostamente, ser encarregada de proteger a sociedade, passa a ser vista por uma parcela da população como algo passível de maus tratos e ameaça, inclusive à vida. Ser negro coloca a pessoa automaticamente em um lugar de vulnerabilidade e de acusação; nesse sentido o negro se caracteriza como o inimigo público (RICOTTA, 2017) do qual a sociedade deve ser protegida.

Outro sentimento apresentado nos relatos foi de uma não compreensão do porquê da ação, como demonstrado a seguir:

"Não entendi porque ninguém estava sendo revistado. / Ali eu não entendi nada, mas me senti humilhada" (P.B).

"Fiquei em choque, não sabia o que fazer, óbvio. / Na época, não entendi o porquê de ter sido escolhida (nenhuma outra pessoa sofreu revista)" (T.H).

Percebe-se, pois, que apesar do recorrente debate sobre o racismo na corporação policial, que vem ocorrendo com mais afinco na sociedade durante os últimos anos, ainda assim o sujeito negro não está preparado para quando de fato isso acontece. É necessário ressaltar que apesar das ações policiais serem legitimadas pelo Estado, isso não exclui o fato de constituírem uma violação dos direitos da população negra, direitos estes que desde a formação da cidadania brasileira foram negligenciados por parte da Nação (BENTO, 2018) e se perpetua até os dias de hoje, como legado da colonização europeia.

## 7.2 Estratégias de enfrentamento utilizadas no momento da abordagem policial

A primeira categoria identificada diz respeito a ações tomadas no momento da abordagem policial (Tabela II). Pode-se identificar a preservação como um dos principais recursos utilizados pelos sujeitos, quer seja a autopreservação, quer seja a de outrem. A autopreservação pode, ainda, se dar de forma ativa ou passiva, como será discutido a seguir.

Tabela II- Estratégias utilizadas no momento da abordagem policial.

Sujeito	Ação policial	Estratégias de enfrentamento
T.A	“Em menos de 5 segundos eles gritaram ENCOSTA! Saíram com duas armas apontadas para mim. Enquanto um me revistava, outro ficava com a arma apontada na minha cabeça”	Quando mostrei minha carteirinha de aluno da USP
L.F	“Uma viatura policial parou, os oficiais saíram de seus carros (eu acreditei que iriam oferecer ajuda [risos], mas estava bem enganado), apontaram suas armas para nós e, gritando, pediram para que saíssemos do veículo, com as mãos na cabeça.” [...] “Depois de muitos minutos constrangedores, eles constataram que o veículo não havia sido roubado”	“(após eu insinuar que gostaria de ligar para a minha advogada [a mãe do meu melhor amigo, risos]) fomos liberados.”
P.L	“O que foi neguinho? Quer entrar no laço tu também?”, gritou um dos brigadianos vindo na minha direção com o cassetete em punho. “Garanto que tu afanou essa bicicleta aí”, completou já segurando o meu braço e me puxando para a Veraneio, onde me fez sentar na borda da porta da gaiola” [...] “O brigadiano empurrou as minhas pernas para dentro e começou a fechar a tampa do camburão.”	“Era inútil resistir.” [...] “Quando vi a luz do horizonte desaparecendo, finalmente consegui gritar desesperadamente.”
P.B	“[...] os policiais já vieram apontando o fuzil pra mim e pra minha irmã.”	“Me esquivei por acreditar que era com alguém atrás de mim, protegi minha irmã”

		com o corpo e tentei em segundos ir pra perto de um carro”
C.G	<p>“[...] pegamos a bike e andamos cerca de 20 metros até que a viatura veio em nossa direção e os policiais nos pararam. Como sempre, já saíram com armas em punho - detalhe, eram dois menores, sendo um ainda criança.” [...] e o PM folgado (certamente cheirado) no meio de um soluço do meu amigo disse: "Então, pra que serve essa merda (um terço)?" Eu respondi que era para proteger e então ele virou a arma e disse: "Será que protege dessa aqui também?" [...] "Eu tentei acalmar o meu amigo até que do nada o PM virou e disse "Quanto você sacou? Me mostra a carteira", inocente eu abri a carteira, ele viu os R\$ 50,00 e então pegou. Sim, ele pegou.”</p>	<p>“Tomei a frente da situação e respondi ao sr. que eu havia ido sacar um dinheiro, pois precisava.” [...] Então respondi por ele, acho que era uns 12/13. O amigo chorava, eu tentava manter a tranquilidade. [...] Respondi que confiava em Deus [...] “Eu tentei acalmar o meu amigo [...]” Eu não ousei contrariar, afinal, não passava ninguém na rua.</p>
R.E	<p>“Com a mão na arma um me pergunta de onde eu estou vindo - explico - não adianta. Pede a minha carteira - eu trabalhava já desde os 15 em regime CLT e tinha lá meus troquinhos - de onde vêm esse dinheiro? Explico, mas não adiante e o policial joga tudo na rua.” [...] “O mesmo policial me pergunta se eu sou da capoeira [ estamos nos final dos anos 90 e capoeira ainda era coisa de preto, bandido, macumbeiro e vagabundo ], por que para falar assim, “cheio de moral”, boca dura só pode ser da capoeira. Ele retira o cinto que esta a arma e entrega ao policia que ri e me chama para a briga, no meio da rua - Então vem já que você é bom, neguinho!!” [...]</p> <p>Por que você está fuçando os lixos da rua? Eu disse que não estava fazendo isso e ele disse que sim, com o dedo na minha cara e mão na arma, gritou que sim. [...] Agora você vai para a delegacia!</p>	<p>Já um tanto politizado naquela altura da vida eu argumento para apontar os erros dele, o outro policial ri loucamente. [...] Claro, quase fui mesmo não sendo da capoeira, mas me vi sozinho naquela rua sobre um pontilhão com dois policiais enormes e armados, afinei. [...] Sai em minha defesa [...] Eu fiquei em silêncio até chegar na delegacia.</p>
Pl.B	<p>Daí de repente brotou do chão uma feminina falando "vai vai encosta com a mão na cabeça", levantei rápido. Me revistou mei que me apertando pra machucar, apertando forte minha costela e dando uns tapas no meio da minha perna. não achou nada cmg e achou um pouco de maconha com umas das minas. Dispensou as minas. Ficou só cmg.</p>	<p>[...] eu disse que não, que não tinha o porque de eu ter passagem, eu trabalho, não sou criminosa.</p>
T.H	<p>Imediatamente uma viatura parou próxima a nós, e os dois policiais desceram empunhando armas (novamente) enormes e assustadoras, gritando "Desce, desce, desce..!".</p>	<p>Desci com a clássica "mãos para o alto" -- embora não fosse um assalto.</p>
M.R	<p>“[...] a policial feminina me levou para o outro extremo da rua, gritou, berrou, deu</p>	<p>[...] eu tentava manter a calma dizendo que não tinha nada [...]</p>

---

tapas no meu rosto gritando "neguinha, cadê a droga?"

---

M.C	Outro PM (com um tom ainda mais escroto): eu não quero nem saber, por mim você não tinha nem que estar aqui. Vaza seu bosta! (Neste momento ele jogou gás lacrimogêneo na minha direção, acho que a intenção era atingir meu rosto. Mas não teve sucesso.)	Daí eu já fiquei irritadíssimo, mas me controlei pra não causar confusão e estragar meu carnaval. Entretanto, comecei uma certa "conversa enfática", porém nem tão acalorada e em tom brando com eles, dizendo que reconhecia que não estava certo, mas que tb não havia necessidade daquelas ofensas pois eu já havia me desculpado e me "guardado".
-----	--	---

---

A “preservação de forma ativa” diz respeito a ações e comportamentos que o sujeito adota a fim de lidar com aquela situação. Esse fato fica explícito na fala de R.E quando este diz “*Sai em minha defesa*” em relação à argumentação que estava fazendo com os policiais na abordagem relatada. Dentro dessa categoria podemos encontrar as seguintes falas e argumentos:

“[...] mostrei minha carteirinha de aluno da USP” (T.A)  
“[...] após eu insinuar que gostaria de ligar para minha advogada” (P.L)  
“Já um tanto politizado naquela altura da vida eu argumento para apontar os erros dele, o outro policial ri loucamente.” (R.E)  
“[...] comecei uma certa ‘conversa enfática’, porém nem tão acalorada e em tom brando com eles, dizendo que reconhecia que não estava certo, mas que tb não havia necessidade daquelas ofensas pois eu já havia me desculpado e me ‘guardado’” (M.C)  
“Quando vi a luz do horizonte desaparecendo, finalmente consegui gritar desesperadamente.” (P.L)  
“[...] eu disse que não, que não tinha o porque de eu ter passagem, eu trabalho, não sou criminosa” (P.L.B)

Essas estratégias evidenciam uma tentativa de autopreservação do sujeito por meio de ações e comportamentos que demonstram que uma das vias de se preservar é agir prontamente.

Outro subgrupo dentro desta categoria diz respeito às “ações de autopreservação passivas”, isto é, os sujeitos aqui se percebem em uma situação de risco em que o melhor a se fazer é não entrar em conflito com os policiais, seja por acharem que esse conflito poderia ser prejudicial a eles, seja pelo sentimento, como o medo, paralisante.

Exemplos do primeiro caso são “*Era inútil resistir.*” (P.L) e:

“Eu não ousei contrariar, afinal, não passava ninguém na rua” (C.G)  
“Claro, quase fui mesmo não sendo da capoeira, mas me vi sozinho naquela rua sobre um pontilhão com dois policiais enormes e armados, afinei!” / “Eu fiquei em silêncio até chegar na delegacia” (R.E).  
“Desci com a clássica ‘mãos para o alto’ -- embora não fosse um assalto” (T.H).  
“[...] eu tentava manter a calma dizendo que não tinha nada [...]” (M.R)



“Daí eu já fiquei irritadíssimo, mas me controlei pra não causar confusão e estragar meu carnaval” (M.C).

As estratégias de enfrentamento constituem atitudes desenvolvidas a partir de uma situação estressora a fim de lidar com ela. Nunes (2010) explicita isso em seus estudos, argumentando, ainda, que as formas de resposta podem variar de acordo com a fase, a duração e a situação estressora em si. Constatou-se, nos relatos, que numa mesma situação vivida, os sujeitos apresentaram respostas tanto de uma autopreservação “ativa” quanto “passiva”. Por exemplo, P.L diz ser “*inútil resistir*”, adotando, inicialmente, uma atitude mais passiva, porém, após haver mudança na situação, sua resposta passa a ser gritar e pedir ajuda, agindo mais ativamente para sua autopreservação. C.G, R.E e M.C apresentam essas mesmas características em seus relatos. Portanto não se deve pensar as estratégias de enfrentamento de autopreservação numa perspectiva estática ou dual de certo/errado; elas não seguem uma hierarquia de poder, sendo um processo transicional do ambiente com o indivíduo (FERNANDES; INOCENTE, 2010).

Outro subgrupo dentro desta categoria são as estratégias de preservação do outro. Nos relatos de P.B e C.G a prioridade é o cuidado da vida, a proteção, do outro e não de si:

“[...] protegi minha irmã com o corpo e tentei em segundos ir pra perto de um carro” (P.B)  
“Tomei a frente da situação e respondi ao sr. que eu havia ido sacar um dinheiro, pois precisava.”/ Então respondi por ele, acho que era uns 12/13. O amigo chorava, eu tentava manter a tranquilidade.”/ “Eu tentei acalmar o meu amigo [...]” (C.G)

Nesses casos o risco não está presente somente para o sujeito, mas, também, para outrem. O autor do relato assume, então, uma postura de cuidado e proteção com esse outro.

### **7.3 Estratégias de enfrentamento adotadas após a abordagem policial**

Nessa categoria foram identificados comportamentos e ações adotados pelos autores dos relatos após a abordagem policial (Tabela III). Chama a atenção o fato de essas mudanças atitudinais se manterem no longo prazo, o que é constatado por meio das expressões “nunca mais” ou “não fui mais”. Após a abordagem policial, T.A afirma que “*Desde então nunca mais andei com toca nas ruas*”. Outros exemplos são:

“Desde aquele dia, onde um maladrão pegou dois neguinhos pra apavorar eu não fui mais numa agência bancária domingo à noite sozinho ou com outro amigo aqui pela Vila Prudente” (C.G)  
“Seguimos, mas nunca mais fiquei tranquila perto de uma viatura, sobretudo tarde da noite.” (T.H)

Tabela III – Estratégias de enfrentamento adotadas após a abordagem policial.

Sujeito	Ação policial	Estratégia de Enfrentamento
T.A	“Saíram com duas armas apontadas para mim. Enquanto um me revistava, outro ficava com a arma apontada na minha cabeça”	Desde então nunca mais andei com toca nas ruas.
P.L	“Neguinho cagão”, “Vai, chispa daqui” e “Se eu te encontrar de novo por aqui vou te dar uns choques, ladrãozinho de merda” foram algumas das pérolas que ouvi.”	Somente montei na bicicleta e pedalei o mais rápido que pude para longe, muito longe daquilo ali. [...] Esta é a primeira vez que conto essa violência institucional gratuita contra mim. Nunca a contei. Nem mesmo quando o destino cruzou de novo a minha vida com a do brigadiano, eu a contei. [...] Não falei nada, porque como dizia a minha avó: temos de fazer o bem sem olhar a quem.
P.B	O sr.Policial abriu, mexeu em tudo, deixou as minhas roupas (inclusive intimas) no capô do carro, no Chão e me disse: Cata e mete o pé!	Se fosse hoje, ele nem encostava na minha bolsa.
C.G	[...] até que o segundo policial (que parecia estar em condições normais, mas não contrariava o parceiro) disse que estávamos liberados e que era para sairmos em disparados enquanto ele contasse até 3.	[...] peguei a bike, meu amigo subiu no quadro e caímos fora. Desde aquele dia, onde um maladrão pegou dois neguinhos pra apavorar eu não fui mais numa agência bancária domingo à noite sozinho ou com outro amigo aqui pela Vila Prudente.
R.E	Alguém vem, diz para eu não fazer mais isso que da próxima eu irei preso e pela para eu ir embora correndo sem olhar para trás	Fui e nunca mais esqueci.
Pl.B	Ela disse quase que cuspiando na minha cara "AÉ? Porque eu tenho 2kg de maconha ali na viatura e pra eu enfiar no seu cu e te enfiar no lugar de gente como vc, é 2 palitos".	Pedindo do momento q sai de casa, pro Universo, pra nao passar o veneno q é tomar um enquadro, pela cor da pele, pelo jeito do cabelo.
T.H	Eles revistaram todo o meu carro, sem qualquer cuidado com nada que estivesse nele, jogando as coisas, revirando meus textos, roupas e demais objetos.	Seguimos, mas nunca mais fiquei tranquila perto de uma viatura, sobretudo tarde da noite. Geralmente penso que vão me parar, não me proteger.

Observa-se, desse modo, que a força policial é coerciva não somente nas ações práticas e imediatas do momento da abordagem, há uma coerção simbólica e subjetiva que se mantém presente na vida desses sujeitos, a ponto de deixarem de agir, de se comportar e

de se vestir de determinada maneira, com o objetivo de não vivenciarem mais essas situações de vulnerabilidade.

Nesse âmbito da coerção simbólica e subjetiva que se mantém ao longo do tempo, cumpre destacar os relatos de: P.L, que afirma ser a primeira vez em que compartilha essa experiência; R.E, que diz “*Fui e nunca mais esqueci*”; e Pl.B, que afirma “*Pedindo do momento q sai de casa, pro Universo, pra nao passar o veneno q é tomar um enquadro, pela cor da pele, pelo jeito do cabelo [...]*”. Neste último caso, além da cor, soma-se o fator religioso.

Assim, é possível perceber nesta categoria que, ao se sentirem vulneráveis durante a abordagem, os sujeitos adotam atitudes para evitarem vivenciar novamente a situação. A força policial se torna, pois, uma fonte de estresse e de ameaça permanente para o sujeito.

#### 7.4 Estratégias cognitivas de enfrentamento

A partir dos relatos das abordagens violentas e dos abusos sofridos por parte da polícia foi identificada uma terceira categoria de estratégias de enfrentamento; ela contempla o processo cognitivo de reflexão sobre raça e a violência sofrida. Destaca-se que essa categoria esteve presente em 90% dos relatos, como evidenciado na tabela abaixo (Tabela III).

Tabela III. Estratégias cognitivas de enfrentamento.

Sujeito	Ação policial	Estratégia de Enfrentamento
T.A.	Saíram com duas armas apontadas para mim. Enquanto um me revistava, outro ficava com a arma apontada na minha cabeça [...] eles me soltaram, e disseram: "não fique andando pela região que está havendo muitos assaltos. Cuidado. Ah e feliz aniversário. Não precisa tremer, estamos aqui para te proteger...".	Quando mostrei minha carteirinha de aluno da USP (entendi como uma "carta de alforria" da minha perigosa condição de negritude pré assumida) [...] O conceito de liberdade estética é um pouco mais delimitado para nós negros, né...
L.F.	E começaram a rir da minha cara. Fui entender o porque no caminho, quando Renato me explicou o que eles queriam dizer.	Enfim, creio que se eu não estivesse "adequadamente compensando" a minha raça/etnia com um habitus de classe específico (códigos linguísticos, e determinada vestimenta), isso seria mais frequente. Foi quando entendi que, APESAR de ser negro, eu gozo de cidadania. Mas, a qualquer momento, essa cidadania pode ser sequestrada e minha subjetividade massacrada.

		<p>Simplesmente porque minha vida vale menos.</p>
P.L	<p>“O que foi neguinho? Quer entrar no laço tu também?”, gritou um dos brigadianos vindo na minha direção com o cassetete em punho. “Garanto que tu afanou essa bicicleta aí”, completou já segurando o meu braço e me puxando para a Veraneio, onde me fez sentar na borda da porta da gaiola [...] “Vou perguntar pela última vez: onde é que tu roubou essa bicicleta?”, gritou com o rosto muito perto do meu.</p>	<p>Só sabia que eu não tinha feito nada de errado, e que aquela bicicleta que agora estava jogada no asfalto era minha. Eu nunca a roubaria. Os meus únicos erros foram estar passando por ali naquela hora e ser negro.</p>
P.B	<p>O sr.Policial abriu, mexeu em tudo, deixou as minhas roupas (inclusive intimas) no capô do carro, no Chão e me disse: Cata e mete o pé!</p>	<p>Hoje eu entendo que nao importa de onde eu venha, pra onde vou, quem eu sou. A cor da minha pele é quem vai dizer se vou sofrer.</p>
C.G	<p>disse que estávamos liberados e que era para sairmos em disparado enquanto ele contasse até 3.</p>	<p>O conceito de liberdade para ir e vir é um tanto quanto limitado para nós negros num domingo à noite, né...</p>
Pl.B	<p>"AÉ? Porque eu tenho 2kg de maconha ali na viatura e pra eu enfiar no seu cu e te enfiar no lugar de gente como vc, é 2 palitos".</p>	<p>[...] que não tinha o porque de eu ter passagem, eu trabalho, não sou criminosa. [...] Até hj me pergunto o q ela quis dizer de gente como eu? Porque de todas as meninas, só eu ficar na parada.. Isso a gente sabe que é R A C I S M O. E a gente passa todo dia vivendo isso. Com medo do mundo, por ser negro.</p>
T.H	<p>Ele ficou um pouco sem graça quando percebeu, lembro-me dele puxar uma peça vagorosamente para fora do saco com surpresa, desculpou-se pelo "incomodo" e saiu.</p>	<p>Estranhamente, somente eu e outra moça negra fomos revistadas.</p>
M.R	<p>Depois de chegar a exaustão e comigo em lágrimas por estar me vendo em tal situação ela entendeu que eu não tinha droga nenhuma.</p>	<p>[...] meu amigo me contou depois que o policial foi muito tranquilo com ele no extremo oposto. Foi a primeira vez que eu entendi que meus traços iriam determinar pra sempre a maneira como eu seria tratada na vida.</p>
M.C	<p>[...] ele me deixou embora.</p>	<p>Neste momento eu pude concluir o que já suspeitava: apesar do meu vacilo (reconhecido e desculpado) de ter feito um ato impróprio, não era isso que estava em jogo. Muitas pessoas fizeram e fazem o mesmo que eu, em contextos bem mais inoportunos e não só no carnaval. Não era essa a questão. Se tratava de violência estrutural e abuso policial mesmo, era de RACISMO que se tratava. [...] Ser preto é estar constantemente vulnerável.</p>

Os autores dos relatos apresentam diversas ponderações sobre o ocorrido com eles. Isso se torna explícito quando P.B diz “hoje eu entendo que não importa de onde eu venha,

pra onde vou, quem eu sou. A cor da minha pele é quem vai dizer se vou sofrer”. Ou no relato a seguir:

“[...] Até hj me pergunto o q ela quis dizer de gente como eu? Porque de todas as meninas, só eu ficar na parada... Isso a gente sabe que é R A C I S M O. E a gente passa todo dia vivendo isso. Com medo do mundo, por ser negro” (Pl.B).

Essa condição pré-disposta a ser classificado como criminoso é historicamente herdada pelas teorias eugenistas do século passado. Alvarez (2002) discute, em seus estudos, sobre a criminologia no Brasil a partir da criação e influência das teorias europeias, que legitimavam um preconceito social a ciência ao tentarem validar a ideia de existir uma raça superior, no caso, o branco europeu, sobre uma raça inferior, os não europeus em geral e, principalmente, o negro. Essa herança colonial (QUIJANO, 2000) reverbera até os dias atuais, quando o próprio Estado legitima e valida ações policiais, como estratégias de dominação social (MUNIZ, PAES-MACHADO, 2010). E, evidenciando a pessoa negra como sempre propensa ao crime. Pl.B retrata isso em sua fala sobre a abordagem: [...] *Pegou meu RG e perguntou se eu tinha passagem, eu disse que não, que não tinha o porque de eu ter passagem, eu trabalho, não sou criminosa”*.

Outro aspecto importante desta categoria são as reflexões sobre direitos e cidadania que os sujeitos trouxeram em seus relatos, isso é demonstrado a seguir, no trecho de L.F:

“Enfim, creio que se eu não estivesse ‘adequadamente compensando’ a minha raça/etnia com um habitus de classe específico (códigos linguísticos, e determinada vestimenta), isso seria mais frequente. Foi quando entendi que, APESAR de ser negro, eu gozo de cidadania. Mas, a qualquer momento, essa cidadania pode ser sequestrada e minha subjetividade massacrada. Simplesmente porque minha vida vale menos”.

Como discutido sobre a cidadania negra e sua construção no Brasil, entende-se que essa sensação que o autor relata sobre “ter cidadania sequestrada” reflete o que os autores Bento (2018) e Quijano (2000) discutiram sobre o legado da escravidão e da colonização. Mesmo após mais de 130 anos da abolição da escravidão, os negros ainda têm sua cidadania e seus direitos violados e questionados. Outro exemplo é demonstrado no relato de T.A: “[...] *entendi como uma "carta de alforria" da minha perigosa condição de negritude pré assumida*”. T.A faz referência à carteirinha estudantil como uma carta de alforria, ou seja, como um documento responsável por permitir sua circulação em espaços públicos, deixando-a em menor evidência enquanto suspeita, como discorrido anteriormente.

Carvalho (2001) aponta que a escravidão foi o principal empecilho referente à construção da cidadania negra no Brasil, já que a condição humana se torna negada aos

negros. Tendo isso em vista, os autores Bento (2018) e Mattos (2000) discutem sobre a negligência sofrida pela população negra, nos âmbitos social e político, por parte do Estado, pois após a abolição não houve nenhum tipo de política social ou de inserção do negro, agora livre, na sociedade, muito menos uma perspectiva futura de trabalho. Ou seja, o negro ficou às margens da sociedade e, mesmo após serem reconhecidos como cidadãos, esses direitos ainda foram e são questionados.

Os relatos a seguir constituem exemplos de como essa reflexão se mantém presente:

“O conceito de liberdade para ir e vir é um tanto quanto limitado para nós negros num domingo à noite, né...” (C.G).

“O conceito de liberdade estética é um pouco mais delimitado para nós negros, né...” (T.A)

“Foi a primeira vez que eu entendi que meus traços iriam determinar pra sempre a maneira como eu seria tratada na vida” (M.R)

“Neste momento eu pude concluir o que já suspeitava: apesar do meu vacilo (reconhecido e desculpado) de ter feito um ato impróprio, não era isso que estava em jogo. Muitas pessoas fizeram e fazem o mesmo que eu, em contextos bem mais inoportunos e não só no carnaval. Não era essa a questão. Se tratava de violência estrutural e abuso policial mesmo, era de RACISMO que se tratava” (M.C)

Aqui a condição negra não apenas é discriminada como também a condição social do sujeito, seus direitos são violados e descartados. Tal como era nos anos iniciais após a abolição.

Além do que já foi discutido, pode-se encontrar nesta categoria uma outra frente de reflexões, sobre a vulnerabilidade da condição de negritude vivenciada pelos sujeitos. As categorias anteriores, apesar de evidenciar essa vulnerabilidade, não são tão explícitas e expostas como nas reflexões identificadas nas estratégias cognitivas de enfrentamento. Em seu relato M.C explicita, *“Ser preto é estar constantemente vulnerável”* e corroborando com essa afirmação, L.F afirma *“Foi quando entendi que, APESAR de ser negro, eu gozo de cidadania. Mas, a qualquer momento, essa cidadania pode ser sequestrada e minha subjetividade massacrada. Simplesmente porque minha vida vale menos”*. Além destes, outros relatos também retratam essa vulnerabilidade explícita pela condição de negritude, tais como Pl.B, *“E a gente passa todo dia vivendo isso. Com medo do mundo, por ser negro.”* e P.B *“A cor da minha pele é quem vai dizer se vou sofrer.”*

A vulnerabilidade ultrapassa o tornar-se suspeito para tornar-se alvo. Isso pode ocorrer por vários motivos ao longo da história, como a noção de raça associada a propensão à criminalidade (SALLES-LIMA; NOGUEIRA; SANTOS, 2019), a fraca construção e reconhecimento de direitos por parte do Estado brasileiro (CARVALHO, 2001), a legitimação da violência policial pelo Estado e a coação por parte da polícia (WEBER,

2000), a marginalização da população negra no Brasil e, conseqüentemente, a falta de um planejamento político e social ao enfrentar a abolição da escravidão (BENTO, 2018) ou por uma má constituição da participação cidadã dos negros, por ter seus direitos questionados, negligenciados e tardiamente reconhecidos (MATTOS, 2000). Minimamente essa vulnerabilidade é apenas um reflexo e uma consequência de todos esses motivos citados anteriormente e existentes em conjunto. O que fica ao fim é a consequência e o legado de uma sociedade colonial e escravocrata, onde o negro ainda é visto e tratado como sujeito perigoso e sua condição de ser humano totalmente negligenciada.

## **8. Conclusão**

A população negra é marginalizada e negligenciada desde o início da colonização na América, subjugada e tratada como uma raça inferior que deve ser dominada (QUIJANO, 2000), espólio da colonização da América e da escravidão. Esses fatores foram cruciais para a coibição de direitos para as pessoas negras no Brasil (MATTOS, 2000) e para a desigualdade social (BENTO, 2018).

Com todo esse contexto histórico, entende-se o processo de suspeição realizado pela polícia como um processo racista e discriminatório, homologado e deferido pelo Estado, que permite o uso da força para o controle social (MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010); sendo a pessoa negra caracterizada sempre na condição de suspeita (WANDERLEY, 2017).

Desse modo, é fundamental se debruçar sobre as estratégias de enfrentamento que a população negra “encontra” para lidar com as violências vividas por meio do abuso policial, que são institucionais e herdadas de séculos de direitos negados. É preciso deixar claro que as estratégias aqui encontradas não podem ser tomadas como únicas e generalizáveis, pois foram analisados relatos de domínio público, de uma pequena amostra, de um momento específico de 2017 e de uma rede social. A comunidade negra vai além e por anos foi reduzida a uma generalização sobre sua cor, longe de perpetuar com essa prática social se encontra esse estudo. Ademais, a própria conceituação de estratégias de enfrentamentos define que elas podem ser diferenciadas de acordo com os fatores e variáveis presentes na situação e as estruturas cognitivas e sociais que o sujeito foi submetido anteriormente, portanto não existem estratégias certas ou erradas (NUNES, 2010).

Dito isso, este estudo identificou três principais categorias de estratégias de enfrentamento nos relatos analisados. Elas retratam principalmente estratégias a nível comportamental, sendo a primeira de ações tomadas no momento da abordagem policial e a segunda de ações e comportamentos após a abordagem, e a nível cognitivo, isto é, reflexões, compreensões deflagrados a partir da violência sofrida para poder lidar com esse tipo de situação. Além das estratégias, as ações policiais e os sentimentos que emergiram a partir delas retratam claramente como a polícia é coerciva e apresenta um viés racista para tratar os sujeitos na sociedade. O impacto dessas ações nos sujeitos, reverbera em suas crenças, atitudes e comportamentos ao longo da sua trajetória de vida.

## 9. Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro4, v. 45, n. 4, p. 677-704, nov. 2002.

ANUNCIACÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. Mão na cabeça!?: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 01-13, jan. 2020.

BENTO, Helivelton Luiz Alves. **Marginalização e discriminação do negro no Brasil: as consequências do fim da escravidão e seus desdobramentos na república**. 2018. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro Universitário Toledo, Araçatuba, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**, v. 18, p. 7-76, 2001.

FERNANDES, Gilberto; INOCENTE, Nancy Julieta. **Estratégias para enfrentamento (cpoing): um levantamento bibliográfico**. In: XIV ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E X ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2010, Paraíba. p. 01-05.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Ānima Educação, 2014

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edioes, 2018.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 17, p. 621-626. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasi**: ensaio histórico-jurídico-social. Rio de Janeiro: Poeteiro Editor Digital, 1866.

MISSE, Michel et al. Sobre a construção social do crime no Brasil. **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusaoes e incriminaoes**. Rio de Janeiro: Revan.[Links], 2008.

\_\_\_\_\_. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuo analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 0, n. 79, p. 15-38, jan. 2010.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JÚNIOR, Domício. FORÇAS ARMADAS E POLICIAMENTO1. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.48-63, mar. 2007.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuoes aos estudos sobre policiamento. **Caderno Crh**, Salvador, v. 23, n. 60, p.437-447, set. 2010.

PINTO, Francine Nthalie Ferraresi Rodrigues; BARHAM, Elizabeth Joan. Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de estresse: relação com indicadores de bem-estar psicológico em cuidadores de idosos de alta dependência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 525-539, set. 2014.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. "Elemento Suspeito": abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. **Centro de Estudos de Segurança e Cidadania**: Boletim de Segurança e Cidadania, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 01-16, dez. 2004.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

SALLES-LIMA, Adalberto de; NOGUEIRA, Guilherme Dantas; SANTOS, Maria Gonçalves Conceição. Racismo e suspeição policial no Brasil:: narrativas de policiais e sujeitos marginalizados. In: MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira; SALLES-LIMA, Adalberto de; SANTOS, Rita Silvana Santana dos; MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. **Em busca de um horizonte**:: narrativas sobre educação, arte e resistências. Brasília: Edições Redexp, 2019. p. 41-53.

SANTOS, André Faro; ALVES JÚNIOR, Antônio. Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Mestrados de Ciências da Saúde. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Aracaju, v. 20, n. 1, p. 104-113, jul. 2007.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; TRÓCCOLI, Bartholomeu T.; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. Análise Fatorial de Uma Medida de Estratégias de Enfrentamento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 225-234, dez. 2001.

SILVA, Gilvan Gomes da. **A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito**. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUZA, Venceslau Alves de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 27, n. 27, p. 211--214, nov. 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 201-246.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. **Liberdade e suspeição no Estado de direito**: o poder policial de abordar e revistar e o controle judicial de validade da busca pessoal. 2017. 290 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 5. ed. Tradução R. Barbosa & K. E. Barbosa. Brasília: UnB, 2000. 2 v.

## **10. Anexos**

### **ANEXO 1- RELATOS SELECIONADOS**

**1. Tulio Augusto Custódio (T.A) atualizou o status dele. 30 de maio de 2017 · São Paulo**

#meuprimeiroabusopolicial foi quando tinha uns 19 para 20. Na verdade foi já com 20, pois era meu aniversário na data: dia 18 de setembro de 2004.

Como comemoração do meu aniversário tinha ido a um show no Pacaembu com um amigo, e de lá seguiria para casa de outro amigo, que faz aniversário no mesmo dia, para comemarmos. O apê que ele estava ficava na Oscar Freire, e, como é comum em setembro, estava frio - por isso usava além de blusa, uma toca.

Andando devagar e tal - ainda cantando as músicas do show que tinha sido legal - vejo uma viatura encostando devagar. Na inocência de moleque, jurava que eles iam perguntar alguma coisa para mim (HA HA HA). Em menos de 5 segundos eles gritaram ENCOSTA! Saíram com duas armas apontadas para mim. Enquanto um me revistava, outro ficava com a arma apontada na minha cabeça. Acho que foi uma das vezes que mais tremi na vida...

Quando mostrei minha carteirinha de aluno da USP (entendi como uma "carta de alforria" da minha perigosa condição de negritude pré assumida), eles me soltaram, e disseram: "não fique andando pela região que está havendo muitos assaltos. Cuidado. Ah e feliz aniversário. Não precisa tremer, estamos aqui para te proteger..."

Desde então nunca mais andei com toca nas ruas. O conceito de liberdade estética é um pouco mais delimitado para nós negros, né...

**2. Leonardo Fabri (L.F) atualizou o status dele. 30 de maio de 2017 · São Paulo**

### #meuprimeiroabusopolicial

Ocorreu um tanto tarde até (pelas estatísticas na cidade de São Paulo), há mais ou menos 7 ou 8 meses atrás. Tinha 26 anos.

Estava indo para uma reunião de trabalho em uma escola de elite no Morumbi, de carona com o motorista da editora, Renato (na época eu trabalhava como RP na Editora Boitempo). Iriar discutir algumas atividades sobre educação política e estratificação de classes no Brasil com a Coordenadora Pedagógica do Ensino Médio da instituição. Como sou um péssimo co-piloto, dei instruções erradas pelo GPS e nos perdemos pelo bairro, encostando em uma rua residencial.

Uma viatura policial parou, os oficiais saíram de seus carros (eu acreditei que iriam oferecer ajuda [risos], mas estava bem enganado), apontaram suas armas para nós e, gritando, pediram para que saíssemos do veículo, com as mãos na cabeça. O que se sucedeu foi um interrogatório humilhante (Renato, que dirigia, foi tratado com mais desprezo do que eu) e, ao abrirem o porta-malas do carro, repleto de livros, perguntaram à mim:

"E por que vocês estão carregando tantos livros?"

Fiquei incrédulo, mas respondi:

"Como disse Renato, trabalhamos para uma casa editorial e estou a caminho de uma reunião de trabalho. Os livros são para apresentar aos educadores. Sabe, algumas pessoas leem".

Depois de muitos minutos constrangedores, eles constataram que o veículo não havia sido roubado e (após eu insinuar que gostaria de ligar para a minha advogada [ a mãe do meu melhor amigo, risos]) fomos liberados.

Nota de rodapé: me perguntaram se eu tinha passagem. E o idiota [aqui] disse que sim, mas que não precisava usar porque tinha carona. Quando eles fizeram cara de "não entendi", o Renato falou:

"O quê?"

"Sim, eu tenho passagem, pro transporte, mas você vai me levar de volta, não?"

E começaram a rir da minha cara. Fui entender o porque no caminho, quando Renato me explicou o que eles queriam dizer. Enfim, creio que se eu não estivesse "adequadamente compensando" a minha raça/etnia com um habitus de classe específico (códigos linguísticos, e determinada vestimenta), isso seria mais frequente. Foi quando entendi que, APESAR de ser negro, eu gozo de cidadania. Mas, a qualquer momento, essa cidadania pode ser sequestrada e minha subjetividade massacrada.

Simplesmente porque minha vida vale menos

**3. Paulo Lencina (P.L) . 5 de junho de 2017 .**

#MeuPrimeiroAbusoPolicial

Eu tinha nove anos. Fazia um calor úmido naquele início de tarde em Cruz Alta, no interior do Rio Grande do Sul. Apesar dos trinta e poucos graus queimando a pele, eu pedalava cada vez mais forte só para sentir o vento contornando o meu corpo mirrado. Acabara de ganhar uma Caloi Cross, o sonho de toda a criançada à época. O meu avô comprara a minha bicicleta em prestações a perder de vista na Imcosul da Pinheiro Machado. Era de um amarelo-ouro incrível.

Eu saíra para experimentar o meu presente de Natal. As ruas das cidade estavam praticamente vazias. Um pouco pelo calor, um pouco pelo almoço em família. Não me importava nada. Estava feliz, simplesmente feliz. Ao dobrar uma esquina da Presidente Vargas vejo um camburão da Brigada Militar – como é chamada a Polícia Militar gaúcha – estacionado com a tampa traseira aberta e dois brigadianos escoltando um rapaz de seus quinze anos que sangrava no rosto e o lábio superior inchado. Parei assustado com a cena. Eu tinha nove anos.

“O que foi neguinho? Quer entrar no laço tu também?”, gritou um dos brigadianos vindo na minha direção com o cassetete em punho. “Garanto que tu afanou essa bicicleta aí”, completou já segurando o meu braço e me puxando para a Veraneio, onde me fez sentar na borda da porta da gaiola. Era inútil resistir. O cara era uma mistura de gordo e forte, e estava armado. Eu tinha nove anos. “Vou perguntar pela última vez: onde é que tu roubou essa bicicleta?”, gritou com o rosto muito perto do meu. Eu estava em choque. Não conseguia falar, não conseguia chorar nem gritar. Me faltavam forças contra tudo aquilo que acontecia de um modo rápido, surreal, injusto. Só sabia que eu não tinha feito nada de errado, e que aquela bicicleta que agora estava jogada no asfalto era minha. Eu nunca a roubaria. Os meus únicos erros foram estar passando por ali naquela hora e ser negro. Eu tinha nove anos.

O brigadiano empurrou as minhas pernas para dentro e começou a fechar a tampa do camburão. Quando vi a luz do horizonte desaparecendo, finalmente consegui gritar desesperadamente. Eles abriram a porta e riram da minha cara. “Neguinho cagão”, “Vai, chispa daqui” e “Se eu te encontrar de novo por aqui vou te dar uns choques, ladrãozinho de merda” foram algumas das pérolas que ouvi. Nunca consegui saber o porquê fizeram aquilo comigo. Somente montei na bicicleta e pedalei o mais rápido que pude para longe, muito longe daquilo ali. Não enxergava nada na minha frente por causa das lágrimas que agora vinham aos montes aos olhos. Eu tinha apenas nove anos, lembra?

Esta é a primeira vez que conto essa violência institucional gratuita contra mim. Nunca a contei. Nem mesmo quando o destino cruzou de novo a minha vida com a do brigadiano, eu a contei. A minha avó era uma parteira aposentada e uma das benzedoras mais conceituadas de Cruz Alta. A sua fama cruzava as fronteiras e trazia pessoas das cidades vizinhas, inclusive. O que provocava longas filas nos dias de maior movimento. Por isso o brigadiano deve ter ido lá para curar qualquer cobreiro ou mau-olhado. Inicialmente ele fez que não me reconheceu, depois passou o tempo todo com os olhos baixos esperando a sua vez para ser atendido. Não falei nada, porque como dizia a minha avó: temos de fazer o bem sem olhar a quem. Eu tinha nove anos. Este foi apenas o #MeuPrimeiroAbusoPolicial outros tantos viriam que eu poderia até escrever um livro grosso, grossíssimo. Infelizmente. Eu tinha nove anos.

**4. Priscila Barbosa (P.B) atualizou o próprio status. 26 de maio de 2017 · São João de Meriti, Rio de Janeiro**



## #MEUPRIMEIROABUSOPOLICIAL

Eu estava saindo de casa com uma bolsa de roupa suja pra lavar. Minha irma tinha 10 anos e estava bem no momento em que a Vila Cruzeiro estava sendo noticiada durante quase uma semana seguida.

Fuga de alguns bandidos. Os helicópteros sobrevoavam a Penha e Penha Circular.

Meu ônibus estava parado no trânsito, decidi descer e andar, sinal demorou para abrir e enquanto eu atravessasse a rua, os policiais já vieram apontando o fuzil pra mim e pra minha irmã.

Me esquivei por acreditar que era com alguém atrás de mim, protegi minha irma com o corpo e tentei em segundos ir pra perto de um carro, mas a arma apontada era pra gente.

Não entendi porque ninguém estava sendo revistado. Ele nao pediu pra eu abrir minha bolsa, ele não pediu pra eu tirar as roupas de dentro.

O sr.Policial abriu, mexeu em tudo, deixou as minhas roupas (inclusive intimas) no capô do carro, no Chão e me disse: Cata e mete o pé!

Se fosse hoje, ele nem encostava na minha bolsa. Ali eu não entendi nada, mas me senti humilhada.

Hoje eu entendo que nao importa de onde eu venha, pra onde vou, quem eu sou. A cor da minha pele é quem vai dizer se vou sofrer.

## **5. Cesar Gouveia (C.G) . 30 de maio de 2017**

#meuprimeiroabusopolicial foi quando tinha uns 15 para 16 anos. Mas, na verdade, o primeiro mesmo foi quando ainda criança a violação.

Era um domingo, por volta das 18h30/19h, eu e um amigo fomos a uma agência de um banco aqui próximo de casa em uma bike. Eu havia lembrado que precisava sacar um dinheiro para pagar uma parada na segunda na empresa onde eu trabalhava.

Chegamos a agência e deixamos a bike encostada. Ainda dentro da agência vi uma barca encostando do outro lado a ao banco e já me liguei que iria dar merda, mas como não estava nem fiz nada de errado saímos eu e meu amigo normalmente de dentro da agência, pegamos a bike e andamos cerca de 20 metros até que a viatura veio em nossa direção e os policiais nos pararam. Como sempre, já saíram com armas em punho - detalhe, eram dois menores, sendo um ainda criança. Nessa um dos policiais já mais folgado perguntou o que estávamos fazendo aquela hora num banco (como se não pudéssemos, né?). Tomei a frente da situação e respondi ao sr. que eu havia ido sacar um dinheiro, pois precisava. Então o PM disse: quantos anos você tem, neguinho? Eu respondi. E ele perguntou ao amigo que estava comigo, mas o menino já estava chorando e não conseguia responder. Então respondi por ele, acho que era uns 12/13. O amigo chorava, eu tentava manter a tranquilidade.

Lembro que foi em uma época que PMs mataram alguns jovens lá para os lados do Pico do Jaraguá - se não estou enganado - e o PM folgado (certamente cheirado) no meio de um soluço do meu amigo disse: "Então, pra que serve essa merda (um terço)?" Eu respondi que era para proteger e então ele virou a arma e disse: "Será que protege dessa aqui também?" Respondi que confiava em Deus e ele de novo disse: "Sabe aqueles que morreram lá no Jaraguá? Foi eu que matei então fala pro seu amiguinho parar de ser moleque se não quiser o mesmo destino". Eu tentei acalmar o meu amigo até que do nada o PM virou e disse "Quanto você sacou? Me mostra a carteira", inocente eu abri a carteira, ele viu os R\$ 50,00 e então pegou. Sim, ele pegou. Eu não ousei contrariar, afinal, não passava ninguém na rua. Ninguém mesmo. Quem conhece o largo da Vila Prudente sabe como é aos domingos neste horário das 19h pra cima.

Meu amigo não se acalmava, e eu dizia que logo iríamos embora. Foram uns 15/20 min ali enquadrados até que o segundo policial (que parecia estar em condições normais, mas não contrariava o parceiro) disse que estávamos liberados e que era para sairmos em disparado enquanto ele contasse até 3. Não ousei contrariar... peguei a bike, meu amigo subiu no quadro e caímos fora.

Desde aquele dia, onde um maladrão pegou dois neguinhos pra apavorar eu não fui mais numa agência bancária domingo à noite sozinho ou com outro amigo aqui pela Vila Prudente. O conceito de liberdade para ir e vir é um tanto quanto limitado para nós negros num domingo à noite, né...

## **6. Rangel Egidio (R.E) .30 de maio de 2017 ·**

### #meuprimeiroabusopolicial

eu estava voltando à pé de uma festa, tinha entre 17 e 18 anos, era domingo por volta das 22h.

Cansado, eu queria chegar rápido em casa pois precisava dormir para trabalhar logo cedo no dia seguinte, segunda-feira.

Estava perto de casa, muito perto.

Uma viatura com seu clássico toquinho de sirene para ao meu lado, mais ninguém na rua, apenas eu e os dois policiais.

Com a mão na arma um me pergunta de onde eu estou vindo - explico - não adianta. Pede a minha carteira - eu trabalhava já desde os 15 em regime CLT e tinha lá meus troquinhos - de onde vêm esse dinheiro? Explico, mas não adiante e o policial joga tudo na rua.

Já um tanto politizado naquela altura da vida eu argumento para apontar os erros dele, o outro policial ri loucamente.

O mesmo policial me pergunta se eu sou da capoeira [ estamos nos final dos anos 90 e capoeira ainda era coisa de preto, bandido, macumbeiro e vagabundo ], por que para falar assim, “cheio de moral”, boca dura só pode ser da capoeira. Ele retira o cinto que esta a arma e entrega ao policia que ri e me chama para a briga, no meio da rua - Então vem já que você é bom, neguinho!!

Claro, quase fui mesmo não sendo da capoeira, mas me vi sozinho naquela rua sobre um pontilhão com dois policiais enormes e armados, afinei.

O que só ria me olhou, parou de rir e perguntou: Por que você está fuçando os lixos da rua? Eu disse que não estava fazendo isso e ele disse que sim, com o dedo na minha cara e mão na arma, gritou que sim. Sai em minha defesa, mas pediram para eu pegar o dinheiro e documentos que eles jogaram no chão e me colocaram na viatura - Agora você vai para a delegacia!

Dentro da viatura um pergunta: Sabe que disse que você esta fuçando os lixos da rua? Foi a minha esposa... Você esta chamando minha esposa de mentirosa, neguinho? Está? Eu fiquei em silêncio até chegar na delegacia. Lá tinha outro negro, mais assustado que eu e muito policiais rindo.

Um pergunta, o que vamos fazer com esses dois aí? O delegado ainda esta chegando... Outro diz: Vamos fazer um “chocolate”.

Sabe o que é chocolate, neguinho? Um te pega por trás, vicia chupa o outro e com as mãos masturba mais dois... Mais risos...

O delegado chega antes disso, mas esta mais eufórico que os outros e já fazendo os tramites para termos “passagem na policia”.

Ele reconhece o outro negro, filho da empregada dele (que aula de racismos estrutural) e fica desconcertado: O que você esta fazendo aqui? Ele diz que não sabe e o delegado manda ele sair direto para casa. Eu ainda passo frio lá naquele horário de madrugada, quase 3h da manhã, enquanto eles estão resolvendo o meu destino.

Alguém vem, diz para eu não fazer mais isso que da próxima eu irei preso e pela para eu ir embora correndo sem olhar para trás. Fui e nunca mais esqueci.

Não parou por ai.

Só clicar na [#MeuPrimeiroAbusoPolicial](#) para saber mais sobre.

## **7. Pelegrina Bia (Pl.B) atualizou o próprio status. 2 de junho de 2017**

#meuprimeiroabusopolicial foi assim, eu tava na frente de um evento e tinha umas meninas (8 ou 9 brancas do cabelo liso) fumando ao meu lado, não as conhecia. Daí de repente brotou do chão uma feminina falando "vai vai encosta com a mão na cabeça", levantei rápido.

Me revistou mei que me apertando pra machucar, apertando forte minha costela e dando uns tapas no meio da minha perna. não achou nada cmg e achou um pouco de maconha com umas das minas. Dispensou as minas. Ficou só cmg.

Pegou meu RG e perguntou se eu tinha passagem, eu disse que não, que não tinha o porque de eu ter passagem, eu trabalho, não sou criminosa.

Ela disse quase que cuspiendo na minha cara "AÉ? Porque eu tenho 2kg de maconha ali na viatura e pra eu enfiar no seu cu e te enfiar no lugar de gente como vc, é 2 palitos".

Até hj me pergunto o q ela quis dizer de gente como eu? Porque de todas as meninas, só eu ficar na parada.. Isso a gente sabe que é R A C I S M O.

E a gente passa todo dia vivendo isso.

Com medo do mundo, por ser negro.

Pedindo do momento q sai de casa, pro Universo, pra nao passar o veneno q é tomar um enquadro, pela cor da pele, pelo jeito do cabelo..

Pq o bagueio vai ser feio.

E a tristeza de lembrar que esse dia, de tantos outros, foi só o primeiro.

## **8. Tamiris Hilário (T.H) atualizou o próprio status. 30 de maio de 2017**

#meuprimeiroabusopolicial Tenho dois memoráveis:

1. O primeirão de todos foi a caminho de Franca, interior de São Paulo, onde fiz a minha graduação. Eu dormia tranquilamente, aquele sono de babar, no ônibus que apanhei no terminal Tietê. Estava friozinho pelo ar condicionado e eu estava coberta com a minha blusa, vestindo roupas confortáveis e velhas (leia-se: moletom, chinelo e meias, e uma blusinha qualquer). Na metade do caminho, o ônibus foi parado por policiais rodoviários. Geralmente há umas paradas mesmo, para apanhar ou deixar pessoas, incluindo os próprios "homens da lei", então nem dei bola e continuei em meu soninho maravilhoso. A questão é que despertei com um policial empunhando uma arma enorme em minha direção, me perguntando rispidamente para onde eu estava indo, onde desceria exatamente e pedindo para revistar as minhas coisas. Ainda abobada de sono, fiz um gesto afirmativo e reticente com a cabeça, e ele imediatamente revirou minha mochila bagunçada de estudante universitária (que continha coisas perigosas como chicletes, textos, documentos, notebook etc.) e parou em um saquinho verde da marca Side Walk. Perguntou o que tinha ali e eu disse que ele poderia olhar, se quisesse. Eram calcinhas e sutiãs que não dei conta de enfiar na mala grande. Ele ficou um pouco sem graça quando percebeu, lembro-me dele puxar uma peça vagorosamente para fora do saco com surpresa, desculpou-se pelo "incomodo" e saiu. Estranhamente, somente eu e outra moça negra fomos revistadas. Ela foi obrigada a descer do ônibus e a abrir a mala grande, tinha uma criança com ela. Na época, não entendi o porquê de ter sido escolhida (nenhuma outra pessoa sofreu revista).

2. Foi ano passado, em frente a casa do meu namorado. Estava muito frio e já era tarde, bem tarde. Estávamos indo a minha casa. Tinha abastecido o carro com álcool e, ao dar a partida, ele morreu umas duas vezes. Imediatamente uma viatura parou próxima a nós, e os dois policiais desceram empunhando armas (novamente) enormes e assustadoras, gritando "Desce, desce, desce..!". Fiquei em choque, não sabia o que fazer, óbvio. Desci com a clássica "mãos para o alto" -- embora não fosse um assalto. Fizeram mil perguntas e pediram minha habilitação e eu, no misto de caos-nervosismo-indignação e tudo mais, com a bolsa mega bagunçada, não encontrei nenhum documento (embora estivessem todos lá). Temi por isso. Eles revistaram todo o meu carro, sem qualquer cuidado com nada que estivesse nele, jogando as coisas, revirando meus textos, roupas e demais objetos. Meu namorado, negro e tatuado (perfil adorado pelos coxas), mal pode

falar, a sua simples presença já fez com que os caras encencassem. Ao final, disseram em tom de aconselhamento (risos) ser perigoso andar tão tarde por ali. Seguimos, mas nunca mais fiquei tranquila perto de uma viatura, sobretudo tarde da noite. Geralmente penso que vão me parar, não me proteger.



**9. Mafalda Ramos (M.R) atualizou o próprio status. 30 de maio de 2017 ·**

**#MeuPrimeiroAbusoPolicial**

Aconteceu no sul eu tinha 17 anos e era meu primeiro ano de faculdade, fui abordada voltando de uma festa com amigo em rio grande/RS enquanto ele branco de olhos azuis teve uma conversa calma com o policial masculino a policial feminina me levou para o outro extremo da rua, gritou, berrou, deu tapas no meu rosto gritando "neguinha, cadê a droga?", eu tentava manter a calma dizendo que não tinha nada, que estava voltando de uma comemoração de final de semestre, que era meu primeiro ano fora de casa, que a gente tava voltando a pé da festa por não ter nem grana, não teve tempo pra explicação mas, sobrou pra coação.

Depois de chegar a exaustão e comigo em lágrimas por estar me vendo em tal situação ela entendeu que eu não tinha droga nenhuma e que me bater não mudaria isso, achou minha carteirinha da faculdade o que deve ter ajudado e por fim me liberou, meu amigo me contou depois que o policial foi muito tranquilo com ele no extremo oposto.

Foi a primeira vez que eu entendi que meus traços iriam determinar pra sempre a maneira como eu seria tratada na vida.

## **10. Matheus Cândido (M.C) atualizou o status dele. 30 de maio de 2017. São Paulo**

#meuprimeiroabusopolicial

aconteceu no carnaval deste ano. Era madrugada, eu estava no centro de Ubatuba em uma praça de skate com 1 amigo quando eu fiquei apertado pra fazer xixi. O lugar que estávamos tinha apenas 1 banheiro para uso de homens e mulheres, estava nojentíssimo (como de costume em carnavais né rs) e com uma fila enorme. Então eu resolvi ir à um terreno baldio vazio bem distante, escuro e longe da vista de todos pra mijar. De repente, apareceram cerca de uns 20 policiais (praticamente em bando) e, destes, a maioria se distanciou e em torno de 5 ou 6 vieram em minha direção e me abordaram em tom completamente autoritário dizendo:

PM (com um tom escroto): - A rua agora virou banheiro pra neguinho mijar?

Eu: - Sei que está errado fazer isso. Mas eu estava muito apertado e tinha só 1 banheiro para homens e mulheres no lugar que estou, então eu vim aqui. Não vai se repetir (enquanto isso, me resguardei totalmente envergonhado)

Outro PM (com um tom ainda mais escroto): eu não quero nem saber, por mim você não tinha nem que estar aqui. Vaza seu bosta! (Neste momento ele jogou gás lacrimogêneo na minha direção, acho que a intenção era atingir meu rosto. Mas não teve sucesso.)

Daí eu já fiquei irritadíssimo, mas me controlei pra não causar confusão e estragar meu carnaval. Entretanto, comecei uma certa "conversa enfática", porém nem tão acalorada e em tom brando com eles, dizendo que reconhecia que não estava certo, mas que tb não havia necessidade daquelas ofensas pois eu já havia me desculpado e me "guardado". Foi quando de repente um dos PMs tentou me pegar pelo pescoço e, após eu tirar a mão dele, me deu um mata-leão; enquanto outro PM sacou uma arma e um terceiro me "revistava" de um jeito que cêis já podem bem imaginar. Neste momento passou várias coisas na minha cabeça e talvez tenha sido a primeira vez que eu realmente pensei que poderia morrer. Foi então que um dos PMs (que não estavam entre esses 5 ou 6 que me abordaram, mas estava junto com os outros que se distanciaram) veio até nós e acalmou a confusão, pediu para eu conversar em particular com ele (em um tom que me deixou desconfiado) e, a medida que eu neguei essa "conversa", ele me deixou embora. Eu fiquei apavorado!

Ps: horas depois, o meu amigo Rafael (branco) também urinou em uma árvore e no mesmo momento passou uma viatura em VELOCIDADE REDUZIDA e não fez absolutamente nada! Neste momento eu pude concluir o que já suspeitava: apesar do meu vacilo (reconhecido e desculpado) de ter feito um ato impróprio, não era isso que estava em jogo. Muitas pessoas fizeram e fazem o mesmo que eu, em contextos bem mais inoportunos e não só no carnaval. Não era essa a questão. Se tratava de violência estrutural e abuso policial mesmo, era de RACISMO que se tratava. Eles só estavam esperando um motivo que se tornaria uma oportunidade, e aquela caiu como uma luva. Nada de novo sob o (Pinho de) Sol.

Ser preto é estar constantemente vulnerável.

Edit: já havia recebido alguns enquadros antes desse, a maioria deles com teor abusivo também. Mas nenhum foi em uma proporção tão violenta e cretina quanto esse. Seguimos